

Mencionada: Departamento Estadual de Trânsito - Detran/SP (NP) nº 15.519.361/0001-16
Assunto: Denúncia de possíveis irregularidades no âmbito do Detran/SP.

Com vista à averiguação concreta dos fatos articulados na inicial (evento 1), concedo aos responsáveis pelo Departamento Estadual de Trânsito - Detran/SP oportunidade para, nos termos do inciso XIII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, apresentar esclarecimentos relacionados à impugnação, fixando, para tanto, o prazo de 15 (quinze) dias para resposta.

Tratando-se de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a íntegra dos autos e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular credenciamento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tcesp.gov.br.

Publique-se.

Processo: TC-007135.989.22-6

Contratante: Prefeitura Municipal de Tupã

Advogados: Roman Figueira Daun (OAB/SP nº 150.425), Diego Rafael Esteves Vasconcelos (OAB/SP nº 290.919)

Responsáveis: Caio Kanji Pardo Aquino – Prefeito

Contratada: DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.

Objeto: Contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura para a estruturação do cadastro técnico multifunilar, com a execução, de forma integrada, dos serviços de atualização cadastral, elaboração da planta genérica de valores, implantação de sistema de gestão e consultoria e treinamentos, para o município de Tupã.

Materia: Pregão Presencial n. 73/2021. Contrato n. 01/2022. Em exame: (3º) Pedido de prorrogação de prazo por (02) (dois) dias para justificativas, formulada pela Contratante, por meio de seu advogado (evento 62).

Defiro o requerido.

Publique-se.

Processos: TC-024312.989.19-3 (Licitação e contrato); TC-000267.989.19-2 (Termo de rescisão)

Contratante: Prefeitura Municipal de Birigui

Responsáveis: Cristiano Salmêiro (Prefeito à época); Gilmar Trecco Cavaca (Secretário Municipal à época); Leandro Maffei Milani (Prefeito atual)

Contratada: Construtora Molina José Bonifácio Ltda.

Representante legal: Aparecido Donizete Molina
Objeto: Execução da obra de reforma na unidade básica de saúde do bairro Tijupá, na cidade de Birigui, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.

Assunto: Concorrência nº 22/17, Contrato nº 8241/18 e Termo de rescisão.

Em exame: Evento 100: Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Prefeitura de Birigui por meio de seu procurador; Evento 101: Pedido de prorrogação de prazo formulado pelo Sr. Cristiano Salmêiro por meio de seu advogado.

Advogados: Glaucio Penazzo Gonçalves (OAB/SP nº 137.763), Antônio Luiz de Lucas Junior (OAB/SP nº 150.993); Carolina Falcozi de Oliveira (OAB/SP nº 349.610); Mayara Marcia Marques dos Santos (OAB/SP nº 344.639); Vinicius Veneziano Demeola (OAB/SP nº 267.002); Ana Carolina Emeric de Souza (OAB/SP nº 313.979); Caroline Marcon da Silva Mestriner (OAB/SP nº 326.470); Cibele Rosa Alves Barca (OAB/SP nº 282.519); Luiz Antonio de Almeida da Alverenga (OAB/SP nº 146.770); Helga Araruna Ferraz de Alverenga (OAB/SP nº 154.720); Gisela Beck Rossi (OAB/SP nº 207.545); Andrea Cristine Faria Frigo (OAB/SP nº 290.085) e outros.

Concedo 10 (dez) dias adicionais para cumprimento do despacho inserido no evento 78.

Publique-se.

Processo: TC-024687.989.19-4; TC-000867.989.20-4; TC-000918.989.20-3

Contratante: Prefeitura Municipal de Suzano

Responsáveis: Renato Kenji de Souza Ashikubi (Prefeito); Afânio Evaristo da Silva (Secretário de Manutenção e Serviços Urbanos Interino).

Contratada: Simétrica Engenharia Ltda.

Representante legal: Sérgio Tiaki Watanabe

Objeto: Execução de serviços de construção do Hospital Regional – Fase I mediante o fornecimento e utilização de equipamentos, materiais de primeira qualidade e mão de obra especializada.

Assunto: Concorrência nº 003/2016, Contrato nº 150/2017, Acompanhamento da execução e Termo de Distorção.

Em exame: Evento 147: 2º Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Prefeitura de Suzano por meio de seu advogado.

Advogados: Rogério Cesar Gozalo (OAB/SP nº 236.274), Rodrigo Gaiotto Aronchi (OAB/SP nº 236.957), Miriam Athie (OAB/SP nº 79.338), Paulo Roberto Athie Piccilli (OAB/SP nº 345.307), Janice Infanti Ribeiro Espallargas (OAB/SP nº 97.385), Renato Swensson Neto (OAB/SP nº 161.581) e Jose Serafim da Silva Junior (OAB/SP nº 253.323).

Concedo 05 (cinco) dias adicionais para cumprimento do despacho inserido no evento 121 do TC-024687.989.19.

Publique-se.

Processo: TC-006202.989.20-8

Órgão: Câmara Municipal de Itaitoa

Advogado: Jorge Vanderlei Pinheiro (OAB/SP nº 286.186)
Responsáveis: Ezequiel Batista Fortes – Presidente (01/12 a 31/12/2021); Márcio Godinho de Souza – Presidente substituto (período 01/01 a 30/11/2021)

Materia: Contas de Câmara – exercício de 2021

Em exame: Pedido de prorrogação de prazo para justificativas, subscrito pelo Presidente da Câmara de Itaitoa, Sr. Ezequiel Batista Fortes (evento n. 42).

Concedo 15 (quinze) dias adicionais para cumprimento do despacho inserido no evento n. 28.

Publique-se.

Processo: TC-00002500.989.21-5 (relatório consolidado)
Órgão: Secretaria de Desenvolvimento Regional (CNPJ nº 46.393.500/0001-31)

Responsáveis: Marco Antonio Scarasati Vinholi – Secretário Rubens Emil Cury – Secretário substituto
Assunto: Contas do Exercício de 2021

Processo: TC-00004040.989.21-2
Órgão: Gabinete do Secretário – Secretaria de Desenvolvimento Regional (CNPJ nº 46.393.500/0004-84)

Responsáveis: Juliana Maria Ogawa
Assunto: Contas do Exercício de 2021

Processo: TC-00004040.989.21-9
Órgão: Unidade de Administração – Secretaria de Desenvolvimento Regional (CNPJ nº 46.393.500/0001-22)

Assunto: Contas do Exercício de 2021

Processo: TC-00004040.989.21-8
Órgão: Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos – Secretaria de Desenvolvimento Regional (CNPJ nº 46.393.500/0001-03)

Responsáveis: Vivaldo Gerônimo dos Santos
Assunto: Contas do Exercício de 2021

Processo: TC-00004040.989.21-7
Órgão: Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos – Secretaria de Desenvolvimento Regional (CNPJ nº 46.393.500/0001-03)

Responsáveis: Nair de Lourdes Martelli
Assunto: Contas do Exercício de 2021

Processo: TC-00004040.989.21-9
Órgão: Unidade de Administração – Secretaria de Desenvolvimento Regional (CNPJ nº 46.393.500/0001-22)

Assunto: Contas do Exercício de 2021

Processo: TC-00004040.989.21-8
Órgão: Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos – Secretaria de Desenvolvimento Regional (CNPJ nº 46.393.500/0001-03)

Responsáveis: Vivaldo Gerônimo dos Santos
Assunto: Contas do Exercício de 2021

Processo: TC-00004040.989.21-7
Órgão: Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos – Secretaria de Desenvolvimento Regional (CNPJ nº 46.393.500/0001-03)

Responsáveis: Nair de Lourdes Martelli
Assunto: Contas do Exercício de 2021

Lais Caroline Lopes Willenshofer
Assunto: Contas do Exercício de 2021

Processo: TC-00004040.989.21-7
Órgão: Coordenadoria de Juventude – Secretaria de Desenvolvimento Regional (CNPJ nº 46.393.500/0009-99)

Responsáveis: Luiz Chrysostomo de Oliveira
Assunto: Contas do Exercício de 2021

Com fundamento no artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, notifico responsáveis em epígrafe para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tomem conhecimento do relatório consolidado da Fiscalização (evento nº 18 do TC-002500.989.21-5) e apresentem alegações de interesse.

Nos mesmos termos, faculto às Unidades Gestoras subordinadas apresentação de justificativas no âmbito dos específicos autos.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tcesp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processos: TC-001455.989.17-8 (contrato)
TC-011347.989.16-2 (representação)

TC-011368.989.16-6 (representação)
TC-011381.989.16-9 (representação)

TC-006798.989.17-4 (1º aditamento)
TC-024333.989.18-2 (1º aditamento)

TC-024333.989.19-2 (3º aditamento)
TC-024334.989.19-1 (4º aditamento)

TC-024335.989.19-0 (5º aditamento)
TC-024336.989.19-9 (6º aditamento)

TC-024337.989.19-8 (7º aditamento)
TC-024340.989.19-3 (8º aditamento)

TC-024345.989.19-8 (9º aditamento)
TC-026285.989.20-8 (10º aditamento)

TC-026287.989.20-6 (11º aditamento)
Representantes: Eppo Saneamento Ambiental e Obras Ltda. MB Engenharia e Meio Ambiente Ltda.

Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - Abrelpe

Contratante: Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável – Consedu (antigo Consórcio Intermunicipal na Área de Saneamento Ambiental – Consab)

Atual Presidente: Luiz Vanderlei Magnusson
Responsáveis: Antonio Fernandes Neto – Ex-Presidente (autoridade que homologou a licitação e firmou o contrato);

Fernando Fiori de Godoy – Ex-Presidente (autoridade que firmou o 1º, 2º, 3º e 4º termos aditivos);

Dimas Antonio Starinini – Ex-Superintendente (autoridade que firmou o 5º, 6º, 7º, 8º e 9º termos aditivos);

Júlio César Simon Cammona – Superintendente (autoridade que firmou o 10º e 11º termos aditivos).

Contratado: Consórcio Planalto
Advogados: Rafael Angelo Chali Lotierzo (OAB/SP nº 92.255); Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013); Graziela Nóbrega da Silva (OAB/SP nº 247.092);

Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP nº 262.845); Camila Aparecida de Padua Dias (OAB/SP nº 331.474); Fabiana Gimenez Matarazzo (OAB/SP nº 292.587) e outros.

Objeto: Prestação de serviços de coleta, manual e mecanizada, transporte, transbordo e destinação final dos resíduos sólidos oriundos da coleta de lixo domiciliar, comercial e industrial (até 100 litros), das classes IIA e serviços complementares, em cidades integrantes ao consórcio.

Em exame: Concorrência Pública n.º 02/2015 e Contrato n.º 08/16; representações comunicando súbitas irregularidades na Concorrência Pública n.º 02/2015 e 11 termos aditivos.

Com fundamento no artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, NOTIFICO responsáveis em epígrafe para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tomem conhecimento da manifestação de ATJ (evento nº 174 do TC-001455.989.17-8) e apresentem respostas às questões suscitadas.

No mesmo interregno, faculto ao consórcio contratado a apresentação de alegações de interesse.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tcesp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se e oficie-se.

Processo: TC-000192/002/14
Contratante: Prefeitura Municipal de Presidente Alves

Responsável pela contratação: Sandra Regina Sclauzer de Andrade – Prefeita à época

Cristiano dos Santos – Prefeito atual
Contratada: Empresa de Rodeios e Eventos Iacanga Ltda. ME

Objeto: Fomento de diversos itens para a realização de rodeio no período compreendido entre 10/01/2011 e 16/01/2011.

Em exame: Cumprimento de decisão.

Ante o transcurso in albis do termo fixado às fls. 294, reitero notificação ao Senhor Cristiano dos Santos, atual Prefeito do Município de Presidente Alves, para que, observado o prazo de 30 (trinta) dias, comprove adoção de medidas tendentes ao ressarcimento ao erário, nos termos da decisão de fls. 133/134, publicada no Diário Oficial de 19 de março de 2015.

Publique-se e oficie-se.

Processos: TC-000118/016/16; TC-000203/016/17
Conveniente: Secretaria de Estado da Saúde – Departamento Regional de Saúde de São Paulo

Responsáveis: Sílvia Maria Ferreira Duarte (Diretora Técnica de Saúde III à época); Paula Purcélia Abrahão Stuckus (Diretora Técnica de Saúde III); David Eversson Iup (Secretário da Saúde à época); José Henrique Germann Ferreira (Secretário da Saúde à época); Jean Carlo Gorinchtey – Secretário da Saúde

Conveniada: Associação Beneficente de Saúde – Hospital Adhemar de Barros.

Advogados: Amauri Jorge Graner Junior (OAB/SP nº 240.230); José Fabiano Moraes de Faria (OAB/SP nº 208.881)

Responsável: João Cristino dos Santos (Diretor Presidente à época)

Materia: Prestação de Contas de Repasses decorrentes do Convênio n.º 170/2014, com vistas a “promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na Região (custeio para manutenção do Hospital Dr. Adhemar de Barros – Apial).

Exercícios: 2014 e 2015

Com fundamento no artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, notifico responsáveis em epígrafe para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tomem conhecimento da manifestação de ATJ (fls. 331/344 do TC-118016/16 e fls. 50/63 do TC-203/016/17) e apresentem esclarecimentos.

Autorizo vista e extração de cópias de peças dos autos no Cartório, observadas as cautelas de estilo.

Publique-se e oficie-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

PROCESSO: TC-025131/026/04 CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista. CONCESSIONÁRIA: Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

OBJETO: Implantar, ampliar, administrar, com exclusividade, os serviços de abastecimento de água e de coleta e destinação final de esgotos nas áreas urbana e rural do Município de Campo Limpo Paulista. ADVOGADOS: Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013); Gabriela Macedo Diniz (OAB/SP nº 317.849); Camila Aparecida de Pádua Dias (OAB/

SP nº 331.745); José Higasi (OAB/SP nº 152.032); Gláucia Maria Saqueti e Castro (OAB/SP nº 291.505); Meiko Sako Takamura (OAB/SP nº 187.939); Gabriel Gouveia Faria (OAB/SP nº 392.259) e outros. O ato de dispensa de licitação e o correspondente contrato, celebrado em 9 de abril de 1998 e pelo prazo de vigência de 30 (trinta) anos, foram julgados definitivamente regulares por este E. Tribunal, conforme deliberado pela E. Segunda Câmara na Sessão de 21 de dezembro de 2004, ensejando o arquivamento do processo (fls. 309/316). Por despacho de 28 de julho de 2016 (fls. 317/318), as partes foram arquivadas para apresentação de documentos e esclarecimento em virtude do acompanhamento da execução contratual, com fundamento no art. 18, I, a III e art. 23, I, a X, das Instruções nº 01/2008. Em resposta, tanto a Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista como a Sabesp encaminharam justificativas e parte dos documentos que puderam ser obtidos em razão do longo tempo de assinatura do termo contratual, alegando, ainda, que o serviço está sendo executado (fls. 363/367, 371/374, 380/381 e 412/3). ATJ: afiloupi que não foi trazida aos autos a documentação relativa à execução do ajuste, nos termos dos incisos I, X, do art. 23, das Instruções nº 01/2008, ressaltando que os questionamentos foram convenientemente prestados pelos interessados (fl. 419). Com a vista regimental, o d. MPC não se manifestou sobre o mérito (fl. 419/versos). Reverso dos elementos de instrução, entendendo respeitosamente que a apreciação da matéria constante destes autos se exauriu no exame de regularidade da declaração de dispensa de licitação e do instrumento decorrente, tendo sido encaminhada na conformidade das regras jurídicas vigentes ao tempo da celebração do termo contratual. Tal ordem de fatores se consolidou ainda antes da vigência da norma regulamentar voltada ao acompanhamento de concessão de serviço público outorgada por órgão do Poder Executivo Municipal, processo que, no âmbito desta E. Corte, deve ser conduzido em autos próprios e somente a partir da publicação das Instruções nº 02/2002 (TCA-034554/02/02 – DOE de 17/2/02). Com isso e não havendo até aqui registro da existência de termos aditivos que eventualmente demandassem instrução nos termos das Instruções vigentes deste E. Tribunal, conforme consulto ao Sistema Integrado de Controle de Protocolo, determino o retorno dos autos ao arquivo. Ao Cartório.

Publique-se.

PROCESSO: TC-016648.989.22-6 REPRESENTANTE: CONSTRUTORA CONSTRUCOES EIRELI. ADVOGADA: ANDRESSA FRANCELINI GONCALVES DE SOUZA (OAB/SP 412.667) REPRESENTADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAL. ADVOGADA: JACQUELINE MELO DE SOUZA (OAB/SP 249.152) ASSUNTO: Despacho de apreciação sobre petição formulada em face do Edital da Tomada de Preços nº 10/2022, certame voltado à contratação de empresa especializada em construção civil e paisagismo para execução dos serviços de construção do Parque Bruno Covas, localizado no Parque Miguelito e construção da Praça da Vila Princesa, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários. Construtora Construção EIRELI subscrive pedido de impugnação do Edital da Tomada de Preços nº 10/2022, da Prefeitura de Agual, certame voltado à contratação de empresa especializada em construção civil e paisagismo para execução dos serviços de construção do Parque Bruno Covas (Obra 1), localizado no Parque Miguelito e construção da Praça da Vila Princesa (Obra 2), naquele Município.

Em razão do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho, a sessão de julgamento da licitação está prevista para acontecer às 9h30 de 4/8/22. Fundamenta-se a Representante no questionamento à planilha orçamentária que informa o processo de Tomada de Preços, uma vez que a utilização de custos referenciais desatualizados, na contramão, inclusive, de entendimentos jurisprudenciais sedimentados, acarretaria vício insanável. Detulpa, especificando, os itens avaliados conforme a Tabela SIURB Edificações de 7/2021, na medida em que, ao tempo da publicação do Instrumento Convocatório (18/7/22), versão mais recente de aludido estudo referencial já estava disponível (01/12/22). Havendo, portanto, defasagem superior aos seis meses que a jurisprudence deste E. Tribunal costuma tolerar, espera que seu pedido seja julgado procedente, tendo em vista, no limite, o reconhecimento da nulidade do Edital impugnado. Aguarda, mais ainda, seja deferida a suspensão de execução de direitos, até a realização da imediata substituição do andamento do processo licitatório. Inicial nos termos regimentais. O pedido se alicença em conteúdo técnico por excelência, não raro incompatível com o procedimento especialíssimo do Exame Prévio de Edital. Nada obstante, o ponto de controvérsia apresentado admite abordagem objetiva, na medida em que, conforme reiterada jurisprudência, pode-se presumir como válida a Tabelas de Preços Urbanas elaborada dentro de 6 (seis) meses que antecedem a realização do certame. E na presente demanda a Representante demonstra que parte do orçamento publicado pela Prefeitura de Agual se assenta em preços da Tabela SIURB Edificações de julho de 2021, estudo supostamente superado em abril passado, quando da divulgação da Tabela mais recente e, portanto, de conhecimento da Administração quando da divulgação do Edital em questão em nome. Objetivamente, portanto, tal referência de preços não seria idônea. Ponto, contudo, que a anomalia, nos limites de regularidade, não basta para representar, em si, violação a direitos subjetivos ou prejuízo à competição. Avalio o assunto adotando as seguintes premissas. Primeiramente, verifico, a partir do orçamento que compõe o Anexo II do Edital, que os preços estimativos foram consolidados com data-base de 18/4/22, antes, portanto, da publicação da Tabela SIURB de 01/12/22, veiculada, com bem consignou a própria Representante, em seu pedido, em 20/4/22. Ainda que o Edital em si possa ter sido publicado tempos depois, tal cronologia não desqualifica a idoneidade dos preços, ao menos como reflexo do mercado vigente ao tempo de sua confecção. Em segundo lugar, a mesma planilha permite concluir que parte menos significativa do orçamento foi formada a partir da referida Tabela SIURB. Mais precisamente, a Prefeitura adotou tal referência para definir apenas alguns preços encontrados em dois grupos principais de serviços, no caso, “Pump Track para Bateria” e “Mobiliário, Equipamentos de Ginástica, Brinquedos de Playground e Conjunto de Lixeiras”, este presente na composição dos preços das duas obras (Parque e Praça). Nesses grupos, portanto, foram valorizados com base na SIURB de 7/2021 os itens “fornecimento de terra, incluindo escavação, carga e transporte até aterro” (R\$ 26,38/m³ ou 0,924% do total), bem como mobiliário e equipamentos de “rotação vertical” (R\$ 1.648,68/unid ou 0,102%), “puxador petral” (R\$ 0,259/unid ou 0,0016%) e “simulador de caminhada duplo” (R\$ 3.483,84/unid ou 0,282%) e “simulador de caminhada duplo” (R\$ 3.483,84/unid ou 0,432%). Inere-se da participação desses serviços, portanto, repercussão pouco significativa em face do preço total. Dessa conclusão, aliás, decorre a última premissa que penso necessária neste juízo, uma vez que o julgamento das propostas levarei em conta o menor preço global, tipo de apreciação que, diante do quanto exposto nestas razões, particularmente a referida certificação dos preços anódinos base na SIURB de 7/2021, tende a absorver, até eliminá-los, eventuais discrepâncias de valor ou incompatibilidades de mercado, sem prejuízo, mais ainda, da obtenção de proposta comercial exequível. E dentro desse contexto, ao menos no bojo deste rito especialíssimo, quero crer que os aspectos abordados na inicial não se apresentam suficientes para autorizar a concessão da tutela de urgência, ainda que a oportunidade igualmente propicie a emissão de rigorosa recomendação à Prefeitura de Agual, no sentido de que observe com maior cuidado a formação dos orçamentos dos certames licitatórios que instaurar, tendo em vista não incorrer na utilização de parâmetros ou referências em potencial desalinhado com o mercado, conforme nossa jurisprudência, como visto, há tempos assentado. Consigno, por último, que esta avaliação não

inibe ou exaure o controle de eventuais aspectos controversos que aludida Tomada de Preços possa concretamente suscitar, inclusive do ponto de vista da exequibilidade dos preços, se selecionado o futuro contrato para acompanhamento ordinário, com o devido exercício do contraditório e oitiva de Órgãos Técnicos. Diante do exposto, INDEFIRO o pedido formulado por Construtora Construção EIRELI, nem como o processamento da inicial sob o rito do Exame Prévio de Edital, determinando o arquivamento do expediente. Ao Cartório para que se digne intimar Representante e Representada do quanto aqui decidido, com enfase na recomendação de cautela no corpo do despacho. Em seguida, vista e ao d. MPC.

Publique-se.

PROCESSO: 00003234.989.20-1 INTERESSADOS: WALTER CAVEANHA ADVOGADOS; ANTONIO SERGIO BAPTISTA (OAB/SP 17.111) / JULIANA RODAS ARANHA (OAB/SP 326.807) PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU ADVOGADOS: ANTONIO SERGIO BAPTISTA (OAB/SP 17.111) / JOSE CARLOS BRUNELLI (OAB/SP 57.689) / WILSON BARBOSA LIMA MORAES (OAB/SP 84.112) / JOSE MAURICIO CONCEICAO (OAB/SP 111.571) / WILTON DOUGLAS DE ARAUJO LEMES (OAB/SP 231.523) / JULIANA RODAS ARANHA (OAB/SP 326.807) / GISELE DOS SANTOS OLIVEIRA PEREIRA (OAB/SP 334.420) ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020 EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-14 PROCESSO DEPENDENTE: 00014308.989.20-1 Concedo o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Ao Cartório para providenciar.

Publique-se.

PROCESSO: TC-006237.989.20-7 INTERESSADOS: CÂMARA MUNICIPAL DE MENDONÇA. ADVOGADO: RODRIGO AUGUSTO SATIN BORGES (OAB/SP 405.593). MARCIO RAFAEL FARINAZZO – PRESIDENTE (Período 1ª a 12/1/21). HERICSON DE CARVALHO LINO – PRESIDENTE (Período 13/1 a 21/12/21). ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2021 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-08 Evento 47. Acólho a diligência proposta pelo d. MPC. Fixo os interessados, acima nomeados, o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho, para que apresentem as alegações de interesse.

Publique-se.

PROCESSO: 00006452.989.20-5 ÓRGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE FLORINEIA INTERESSADO(A): JAIR PAULO BARREIROS ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2021 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-04 Notifico os interessados, acima nomeados, nos termos e para os fins do art. 29 da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que tomem conhecimento do Relatório de Fiscalização (evento 65.11) e apresentem as alegações que forem de seus interesses, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Ao Cartório.

Publique-se.

PROCESSO: 00006739.989.20-0 INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE BORACEIA PREFEITO: VALDIR DE SOUZA MELO ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2021 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-02 PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00002204.989.21-6, 00007390.989.21-8 Notifico os interessados acima nomeados, nos termos e para os fins do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, para que tomem conhecimento do Relatório de Fiscalização (evento 45.20) e apresentem as alegações que forem de seus interesses, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Ao Cartório.

Publique-se.

PROCESSO: 00006822.989.20-8 INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA PREFEITO: OTAVIO AUGUSTO GIANOMASSI GOMES ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2021 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-15 PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00002220.989.21-4, 00007292.989.21-6, 00007390.989.21-8 Notifico os interessados acima nomeados, nos termos e para os fins do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, para que tomem conhecimento do Relatório de Fiscalização (evento 46.26) e apresentem as alegações que forem de seus interesses, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Ao Cartório.

Publique-se.

PROCESSO: 00006999.989.20-5 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARATINGA INTERESSADO(A): PREFEITA ANA LUCIA BILARDI SICHELER ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2021 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-14 PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 0000